

CARTA DE COMPROMISSO

Soberania Digital e a Valorização dos Analistas em Tecnologia da Informação

1. Preâmbulo e Contextualização

A transformação digital redefiniu o papel da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Administração Pública Federal, consolidando-a como um pilar estratégico e indispensável para a formulação de políticas públicas e para a entrega de serviços à sociedade. Contudo, não existe Governo Digital eficiente nem Soberania Digital plena sem uma capacidade estatal sólida e altamente qualificada. A premissa fundamental para a independência tecnológica do Brasil é o reconhecimento de que a soberania digital se faz com servidores públicos de excelência.

Neste cenário, a carreira de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), regulamentada pela Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, desempenha um papel indispensável e transversal na modernização do Estado. O Analista em Tecnologia da Informação atua como protagonista na sustentação, evolução e inovação das soluções tecnológicas governamentais. No entanto, o Estado enfrenta uma severa crise de atratividade e retenção de talentos nesta carreira estratégica, expondo a Administração Pública Federal a fragilidades na sua governança.

O enfraquecimento do quadro de ATIs gera a perda de memória institucional, compromete o patrimônio digital público e amplia a exposição do Estado a riscos severos de vazamentos de dados e incidentes cibernéticos. É inadiável a criação de uma infraestrutura pública autônoma e segura, estruturada a partir da valorização institucional. Portanto, a valorização e o fortalecimento dessa capacidade técnica estatal são requisitos fundamentais para assegurar a resiliência das plataformas de serviços públicos e a efetiva soberania digital do Estado brasileiro.

2. Compromissos Programáticos

Ao subscrever este documento, o(a) candidato(a) assume publicamente o compromisso de pautar seu mandato pelos seguintes eixos de ação:

- **Valorização e Retenção de Analistas em Tecnologia da Informação (ATI):**
A carreira de ATI enfrenta uma crise crônica de atratividade e uma alta taxa de evasão que historicamente atinge mais de 60%. A alta rotatividade gera perda de conhecimento institucional e um vácuo na gestão de Tecnologia da Informação, causando prejuízos ao erário e expondo o Estado a riscos de interrupção de serviços essenciais. É imprescindível fortalecer o

protagonismo da carreira, garantindo o posicionamento institucional dos ATIs em cargos de liderança estratégica no Governo Digital. O compromisso inclui atuar pela correção da defasagem salarial frente a outras carreiras e ao mercado, bem como pelo aperfeiçoamento das regras de progressão e promoção, e pelo fortalecimento permanente do quadro, inclusive com a realização de um novo concurso público após a reestruturação da carreira.

- **Protagonismo em Debates Públicos e Tomada de Decisão:** O mandato compromete-se a incluir os Analistas em Tecnologia da Informação em debates públicos, audiências e fóruns sempre que o assunto em pauta estiver relacionado a temas de Governo Digital.
- **Defesa da Soberania Digital e Governança:** O candidato compromete-se a atuar pelo aperfeiçoamento da gestão e da governança públicas em tecnologia da informação. A soberania digital exige que funções estratégicas de coordenação e supervisão sejam exercidas por servidores públicos efetivos de excelência, não devendo ser ocupadas por agentes temporários ou por pessoas não qualificadas na área de TI, evitando a dependência tecnológica do Estado e a precarização da gestão. A Governança de TI deve garantir que o uso da tecnologia seja dirigido para a segurança da informação e mitigação de riscos, o que demanda uma capacidade estatal altamente qualificada.
- **Avanço do Governo Digital e Comunicação Cidadã:** O Governo Digital deve promover a reestruturação e inovação dos serviços públicos por meio da automação e digitalização contínuas. As mulheres e homens integrantes da carreira de ATI são os protagonistas na sustentação e evolução tecnológica para modernizar o atendimento ao cidadão e aumentar a eficiência estatal. Entregas estruturantes como o portal gov.br, a Carteira de Identidade Nacional (CIN), o Celular Seguro e o FGTS Digital evidenciam o alto impacto dessa atuação técnica na desburocratização e na vida dos brasileiros. Para o futuro, é imperativo assegurar a presença digital do governo de forma segura, fomentando o desenvolvimento de ferramentas conversacionais nacionais e protocolos abertos, sem criar dependência irreversível de provedores estrangeiros e, ao mesmo tempo, garantindo a interoperabilidade com os canais e plataformas mais utilizadas pelo cidadão.
- **Privacidade e Segurança da Informação:** É necessário promover a segurança da informação e o uso eficiente dos recursos na proteção de dados no âmbito da administração pública. Os integrantes da carreira de Analista em Tecnologia da Informação atuam como a principal linha de

defesa técnica do Estado contra ameaças cibernéticas. A presença de servidores capacitados garante que a transformação digital governamental ocorra em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e normativos de segurança nacional. Urge, também, estabelecer um protocolo específico para o tratamento de dados pessoais incorporados por ferramentas proprietárias, como chatbots, utilizadas na gestão pública.

- **Controle, Economicidade e Fomento à Indústria Nacional:** A independência e a soberania passam pela manutenção do controle do Estado sobre todo o ciclo de vida e de suas contratações tecnológicas. A atuação dos servidores efetivos garante a excelência, o planejamento e a fiscalização dos recursos públicos, assegurando transparência, legalidade, economicidade e proteção aos cofres públicos. O poder de compra do Estado deve também ser utilizado como instrumento de fortalecimento do ecossistema tecnológico brasileiro e de desenvolvimento de infraestruturas públicas digitais, estimulando o desenvolvimento e a adoção de soluções nacionais, especialmente em áreas estratégicas para a administração pública. Isso inclui ampliar a contratação de software e serviços tecnológicos preferencialmente desenvolvidos no Brasil, e estabelecer estratégias para substituição gradual de softwares proprietários estrangeiros estruturantes por soluções nacionais, que prezam pela interoperabilidade, portabilidade e adotem protocolos e padrões abertos. Essa política contribui para fortalecer a soberania digital, reduzir a dependência tecnológica externa e ampliar o controle nacional sobre sistemas, dados, infraestrutura e tecnologias essenciais ao funcionamento da Administração Pública.
- **Governança de Dados e Inteligência Artificial:** Os dados públicos devem ser tratados como ativos estratégicos do Estado e elementos essenciais à entrega de valor público centrado no cidadão. É fundamental superar silos de informação, ampliar interoperabilidade entre órgãos e garantir que dados públicos, pessoais, sigilosos e estratégicos sejam armazenados, processados e utilizados sob governança e controle do Estado. Nesse contexto, deve-se fomentar uma infraestrutura soberana de Inteligência Artificial, com capacidade de orquestrar diferentes modelos e soluções, priorizando tecnologias nacionais e eliminando dependências externas, além de disponibilizar ferramentas seguras de IA para os servidores públicos. Essa política fortalece a autonomia tecnológica do Estado, protege informações estratégicas e assegura controle nacional sobre os dados, modelos e tecnologias utilizadas pela Administração Pública.

- **Nuvem Brasileira e Prevenção ao Lock-in:** A infraestrutura de TIC é a espinha dorsal que sustenta o funcionamento do Estado e a prestação ininterrupta de serviços ao cidadão. A evolução tecnológica deve garantir que os dados governamentais permaneçam em território nacional, sob a jurisdição nacional. É essencial evoluir o conceito de Nuvem Brasileira com gestão autônoma pelo Estado, adotando práticas de infraestrutura como código e padrões abertos. A atuação proativa para mitigar o lock-in (aprisionamento tecnológico) deve exigir a inclusão obrigatória de cláusulas de transição e portabilidade de dados em contratos e estudos técnicos preliminares.

3. Declaração de Compromisso

Eu, **[Nome do Candidato]**, candidato(a) ao cargo de **[Cargo]** pelo **[Partido]**, declaro estar de acordo com os princípios e compromissos expressos nesta Carta.

Reconheço que a verdadeira Soberania Digital e o Governo Digital eficiente só podem ser construídos e mantidos por um corpo técnico qualificado e valorizado de servidores públicos. Comprometo-me, se eleito(a), a atuar ativamente pela valorização da carreira de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), defendendo o fortalecimento desse quadro como política de Estado. Esta agenda é indispensável para a proteção dos dados dos cidadãos, para a inovação dos serviços públicos e para o pleno desenvolvimento tecnológico, soberano e independente do Brasil.

Brasília, 24 de setembro de 2026.

[Assinatura do Candidato]